



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2327 Sexta-feira 17 de Setembro de 2010.

Poder Executivo

Instrução Normativa

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RONDONÓPOLIS, no uso de suas atribuições e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal 9.394/1996 - LDB, Decreto Federal nº 6.094/2007; Lei Orgânica do Município Lei nº 2.978/1998 e Lei 4.277/2004, que estabelecem a Gestão Democrática, considerando os pareceres nº 618 e 619/2008 da Procuradoria Geral do Município:

Resolve:

Artigo 1º - Determinar a abertura do processo eleitoral, para a escolha de diretor(a) das escolas municipais e das unidades e escolas municipais de educação infantil, para o biênio 2011/2012, conforme o cronograma anexo a esta normativa.

§ 1º O processo eleitoral deverá ocorrer nas unidades de ensino da zona urbana com 200 alunos acima e na zona rural, podendo ter uma variação de 20% a menos.

§ 2º O processo eleitoral deverá ser realizado em todas as unidades e escolas municipais de educação infantil, conforme Lei 4.277/2004.

Artigo 2º - Os critérios para escolha deverão ter como referência clara os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para a liderança e habilidades gestoras, fundamentais ao exercício da função.

Artigo 3º - A escolha do diretor, para as unidades municipais de ensino, dar-se-á mediante a eleição direta, toda a comunidade escolar irá escolher,

levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

- objetivos, estratégias e metas para a melhoria do ensino, em consonância com a política educacional municipal, com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) da unidade escolar onde pretende atuar;
- estratégias para a preservação do patrimônio público;
- estratégias para a participação de todos os segmentos da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros, bem como acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;
- plano de reavaliação e intervenção pedagógica se necessário com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, considerando as avaliações externas (IDEB, Prova Brasil, SAEM e outras).

Parágrafo Único - O (a) diretor (a) em exercício garantirá o acesso do (a) candidato (a) aos documentos do Projeto Político Pedagógico e ao Plano de Desenvolvimento Escolar, em execução na escola, bem como, a apresentação dos dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas propostas e alcançadas pela unidade escolar, inclusive apontando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, para subsidiar a elaboração da Proposta de Trabalho do(a) candidato(a).

Artigo 4º - Poderão ser candidatos, os professores em consonância com o Artigo 5º da Lei 2.978/1998, Artigo 2º da Lei nº 4.277/2004, e ainda conforme os critérios estabelecidos abaixo:

I - Das inscrições:

- As inscrições serão feitas junto à Comissão Eleitoral da unidade. Após análise e aprovação, deverão ser encaminhadas à SEMEC, para serem submetidas à apreciação da Comissão Eleitoral da Secretaria Municipal de Ensino - SEMEC para homologação.
- No ato da inscrição o candidato (a) deverá assinar um termo de compromisso, que comprovará a sua dedicação exclusiva à Rede Municipal de Ensino;
- O (a) candidato (a) deverá apresentar:

- termo de adimplência expedido pelo Núcleo de Projeto da SEMEC e pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, se estiver concorrendo ao cargo pela 2ª ou mais vezes;

- certidão negativa de débito junto ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), SERASA, Justiça Estadual Civil, Criminal e de Protesto de Títulos. Os documentos da Justiça Federal, Civil, Criminal e de Protesto de Títulos poderão ser impressos via internet;

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marilisa Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilisa Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficial
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 às 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros	
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

- certidão negativa de débito junto à municipalidade;

- apresentar proposta de trabalho com objetivos, estratégias e metas bem definidas, visando a melhoria da parte física e pedagógica da unidade, bem como a preservação do patrimônio público, e, ainda deverá propor ações que possibilitem a participação efetiva, da comunidade local no cotidiano da unidade escolar;

d) a candidata ao cargo eletivo de direção escolar, que estiver em gozo de licença maternidade, poderá candidatar-se, desde que, na hipótese de sua vitória, tome posse e assuma a direção da unidade no início do ano de 2011.

Artigo 5º - É vedada a participação no processo eleitoral do candidato:

I – que tenha respondido processo administrativo – disciplinar ou sindicância, nos últimos dois anos, em qualquer uma das esferas administrativas;

(federal, estadual ou municipal) com parecer desfavorável ao candidato;

II – que esteja inadimplente com prestação de contas de recursos federais ou municipais;

III – que tenha estado sob licenças contínuas ou desvio de função;

IV - que não apresentem no ato da inscrição os documentos exigidos no Artigo 4º desta Normativa;

V – detentores de mandato que já tenham sido reeleitos nas UMEIS de acordo com a Lei nº 4.277/2004;

VI – que não tiver dedicação exclusiva a Rede Municipal de Educação.

Artigo 6º - Na escola onde não houver candidato, passado o período eleitoral, caberá a Secretária Municipal de Educação tomar as providências cabíveis.

Artigo 7º - O (a) diretor (a) eleito (a) obriga-se a atender em todos os turnos da unidade escolar, podendo estabelecer cronograma de horários e períodos que deverá estar afixado em local de fácil consulta e visibilidade por todos.

Artigo 8º - Haverá, em cada unidade escolar, uma Comissão Eleitoral Escolar, para conduzir o processo de seleção do(a) candidato(a) que será constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo Escolar:

§ 1º - Devem compor a Comissão um membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I – representante dos Professores da Educação Básica, desde que seja efetivo;

II – representante dos Pais;

III – representante dos alunos maiores de 14(quatorze) anos;

IV – representante dos funcionários da Unidade de Ensino, desde que seja efetivo.

§ 2º - O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral pelos respectivos segmentos, em data, hora e locais amplamente divulgados.

§ 3º - A Comissão Eleitoral Escolar constituída elegerá um dos seus membros para ser o Presidente.

§ 4º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral:

I – qualquer um dos (as) candidatos (as), seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II – componentes do Conselho Deliberativo Escolar;

III – o(a) servidor(a) em exercício na função de diretor(a) da unidade.

§ 5º - o diretor da escola deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Artigo 9º - A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras as atribuições de:

I – planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II – divulgar amplamente as normas, os critérios, os calendários geral e específico da unidade escolar, relativos ao processo eletivo, encaminhando-as à Comissão Eleitoral da SEMEC para a homologação;

III – analisar as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não, encaminhando-as a Comissão Eleitoral da SEMEC para homologação;

IV – convocar a Assembleia Geral para exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais, aos profissionais da educação e comunidade em geral;

V – providenciar material de votação, lista de votantes, por segmento e urnas unificadas;

VI – credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos, identificando-os através de crachás;

VII – lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII – receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao candidato ou por processo, para encaminhá-los a Comissão Eleitoral da SEMEC e Procuradoria Jurídica do Município que irão analisar e emitirão o parecer final;

IX – designar, credenciar, instruir com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

X – acondicionar as cédulas e fichas de votação bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após esse prazo, proceder-se-á a incineração;

XI – convocar o Conselho Deliberativo Escolar, para se fazer presente, na unidade de ensino, durante todo o processo eleitoral, bem como no de escrutinação;

XII – divulgar o resultado final do processo eleitoral e enviar a ata de escrutinação à Comissão Eleitoral da SEMEC, bem como cópias do mapa de votação;

XIII – orientar os votantes, de todos os segmentos, para trazerem um documento pessoal com foto, para identificação.

Artigo 10 – É vedado ao candidato e à comunidade escolar:

I – exposição de faixas e cartazes dentro e fora da escola;

II – distribuição de brindes de qualquer espécie, como objeto de propaganda ou aliciamento dos eleitores;

III – distribuição de camisetas;

IV – espalhar nas dependências da unidade escolar, bem como nas proximidades, qualquer tipo de material de propaganda antes e depois do pleito;

V – veiculação de propaganda volante de qualquer espécie 24h antes do pleito;

VI – transporte de eleitores pelos candidatos, exceto nas escolas da zona rural, onde o transporte será feito pelo ônibus do transporte escolar da SEMEC;

VII – abordar eleitores para pedir votos (boca de urna);

VIII – realizar festas na unidade escolar que não estejam previstas no calendário letivo;

IX – atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

X – aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística, por 60 (sessenta dias), antes da realização da eleição;

XI – denegrir a imagem do outro candidato.

Artigo 11 – Estará afastado do processo eleitoral, à vista de representação da parte ofendida devidamente fundamentada e dirigida à Comissão Eleitoral Escolar, o candidato que praticar qualquer dos atos do Artigo 10 (dez) desta Normativa ou permitir a outrem praticá-las em seu favor.

Artigo 12 - Poderão votar conforme o Artigo 7º da Lei 2.978/1998:

I - os professores da escola, o pai, a mãe ou o responsável pelo aluno, equipe técnica, funcionários e os alunos com idade a partir de 12 (doze) anos, independente da série escolar em que se encontram matriculados, pertencentes à unidade escolar.

Parágrafo Único – Aos votantes de qualquer categoria é assegurado o exercício do voto uma vez, mesmo que:

- a) sendo os pais que tenham mais de um filho matriculado na escola;
- b) sendo membro do quadro de magistério, especialistas ou funcionários, que tenham filhos matriculados na escola;
- c) sendo funcionário, que é também aluno regularmente matriculado na mesma escola;

d) acumule qualquer outra forma de participação no universo de votantes.

Artigo 13 – Poderão votar conforme o Artigo 3º da Lei 4.277/2004:

I – 01(um) representante legal para cada família que possua um aluno matriculado na Unidade Municipal de Educação Infantil;

II – todos os servidores efetivos lotados na Unidade Municipal de Educação Infantil.

§ 1º - Os votos dos professores, funcionários e pais terão o mesmo peso.

§ 2º - No caso de afastamento do titular, por prazo superior a 120 dias, votará o seu substituto, quando o prazo for menor poderá votar o titular.

§ 3º - Profissionais da educação, que atuam na unidade de ensino como contratados, votarão, em se tratando de vagas livres.

Artigo 14 – No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento com foto que comprove sua legitimidade e, em caso do aluno o Registro de Nascimento ou R.G. .

Parágrafo Único – Não é permitido o voto por procuração.

Artigo 15 – O processo de votação será conduzido por mesas receptoras, designadas pela Comissão Eleitoral Escolar.

Artigo 16 – Poderão permanecer no recinto, destinado à mesa receptora, apenas seus membros e fiscais.

Artigo 17 – A escola não poderá disponibilizar uma urna específica para cada segmento, garantindo o direito do servidor ao voto secreto.

Artigo 18 – Nenhuma autoridade estranha à mesa receptora, poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, bem como os membros da Comissão Eleitoral da SEMEC.

Artigo 19 – Cada mesa receptora será composta no mínimo de 03 e no máximo de 05 membros e de 02 suplentes, escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Parágrafo Único - Não podem integrar a mesa receptora os candidatos, seus cônjuges, parentes até o 2º grau e componentes do Conselho Deliberativo Escolar.

Artigo 20 – O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um mesário, exceto os de urna eletrônica.

Artigo 21 – O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

Artigo 22 – As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem à contagem de votos, no mesmo local de votação.

§ 1º - Antes da abertura da urna, a Comissão Eleitoral Escolar deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao Conselho Deliberativo Escolar, para a decisão cabível;

§ 2º - Caso o Conselho Deliberativo Escolar se julgue impossibilitado de atender ao que consta no parágrafo anterior, recorrerá à Comissão Eleitoral da SEMEC.

Artigo 23 – Não havendo coincidência entre o número de votantes e número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se for comprovada a fraude e neste caso, proceder-se-á semelhante aos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior.

Artigo 24 – Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo de votos válidos.

Artigo 25 – Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I - maior tempo de serviço na unidade escolar;

II – maior tempo de serviço público;

III – maior idade.

Artigo 26 - O candidato único só será considerado eleito, quando obtiver 70% (setenta por cento) dos votos válidos.

Parágrafo Único – Caso não obtenha o percentual mínimo de votos, a Secretaria Municipal de Educação designará um profissional, para assumir o cargo, obedecendo aos critérios dos Artigos 2º, 4º e 5º da presente normativa.

Artigo 27 – Serão nulos os votos, quando da utilização das urnas convencionais:

I – registrados em cédulas que não correspondem ao modelo padrão;

II – que indiquem mais de um candidato;

III – que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto.

Artigo 28 – Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinado pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral, que se reunirá com os demais membros para:

I – verificar toda a documentação;

II – decidir sobre eventuais irregularidades;

III – divulgar o resultado final da votação.

Artigo 29 – No momento de transmissão do cargo ao diretor eleito, o profissional da educação, que estiver no referido cargo de diretor, deverá apresentar à comunidade escolar em Assembléia Geral:

I – avaliação de sua gestão;

II – balanço de acervo documental;

III – inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar;

IV – apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo Conselho Deliberativo Escolar.

Parágrafo Único – O diretor reeleito só poderá ser empossado após cumprir o disposto neste artigo.

Artigo 30 – O prazo para interposição de recursos à Comissão Eleitoral Escolar será de 24 horas, improrrogáveis, a qual encaminhará à Comissão Eleitoral da SEMEC, para análise e parecer conclusivo.

Artigo 31 – O pleito eleitoral ocorrerá em todas as unidades municipais de ensino, conforme Artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, no dia 28 de novembro de 2010, das 08 às 17 horas.

Artigo 32 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral da SEMEC e Procuradoria Jurídica do Município.

Artigo 33 – Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Rondonópolis.

Rondonópolis, 09 de setembro de 2010

Proª Marilda Soares Rufino

Secretária Municipal de Educação

Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 071/2010 DISPENSA DE LICITAÇÃO

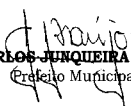
O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso IV e art. 26, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 071/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 575/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pela **Dr. TÂNIA M. CARDOSO SILVA AMÂNCIO**, Procuradora do Município, a favor da empresa: **WEISS E NAKAYAMA LTDA - ME**, situada na Rua Barão do Rio Branco, n.º 454, Vila Aurora - Rondonópolis-MT, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. 08.980.889/0001-22.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender pacientes do **SUS - Sistema Único de Saúde** com diabetes tipo I - Secretaria Municipal de Saúde.

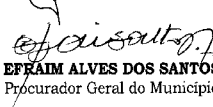
VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 5.870,00 (Cinco mil, oitocentos e setenta reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON**, no Jornal **"A GAZETA"** e no jornal de circulação local **"A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 25 de agosto de 2010.


JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DE ACORDO:


EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 080/2010 DISPENSA DE LICITAÇÃO


O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 080/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 636/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **DR. EDNALDO DE CARVALHO AGUIAR**, Procurador do Município, a favor da empresa: **TRANSMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, situada na Rua Joaquim Murinho, n.º 4.136, Bairro: Tiradentes, Campo Grande - MS, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. 02.281.758/0001-70.

OBJETO: Aquisição de medicamentos, para atender as necessidades especiais das pacientes: **Bianca Gonçalves**, requerente através do mandado de citação e intimação do Juízo da Sexta Vara Cível (Infância e Juventude), Comarca de Rondonópolis-MT, processo n.º 6685-85.2010.811.0003 (438018) e para **Arlete Espírito Santo**, requerente através da Notificação Recomendatória 044/2010 da 1.ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis-MT, Referência: Procedimento GEAP n.º 007790-010/2010, pelo período de **06 (seis) meses**.

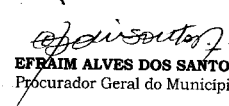
VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 4.409,92 (Quatro mil, quatrocentos e nove reais e noventa e dois centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município - DIORONDON** e no jornal de circulação local **"A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010.


JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DE ACORDO:


EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

Em
branco